INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

PDI IFRS Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028

CAPÍTULO 3

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

BENTO GONÇALVES

2024

SUMÁRIO

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI....2
3.1. O Sentido do PPI....2
3.2. Dimensão Político–Pedagógica....4
3.2.1. Ser humano, sociedade e educação....4
3.2.2. Contexto atual do Mundo do Trabalho....5
3.3. Gestão Democrática....7
3.3.1. Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão....9
3.3.2. Estrutura Organizacional do Ensino, da Pesquisa e da Extensão....10
3.4. Políticas de Ensino....11
3.4.1. O Compromisso com a Educação Profissional....11
3.4.2. A Verticalização do Ensino....12
3.4.3. Currículo....13
3.4.4. Avaliação....14
3.4.5. Inclusão, acesso, permanência e êxito....15
3.4.6. Políticas de Pesquisa e Inovação....22
3.5. Políticas de Pós-graduação....25
3.6. Políticas de Extensão....26
3.6.1. Extensão e Prática Profissionalizante....27
3.7. Níveis e Modalidades de Ensino....29
3.8. Formação Inicial e Continuada....29
3.9. Responsabilidade Social....29
3.10. Avaliação Institucional....30
3.11. Utopias....31

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

Conforme Resolução Consup/IFRS nº 65/2022, que aprova a atualização e prorrogação pelo prazo de cinco anos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), nos autos do processo nº 23419.002546/2022-11, restringe a atualização do PDI 2019-2023 para o ciclo 2024-2028 considerando exclusivamente os seguintes capítulos:

- Capítulo 1 - Perfil Institucional
- Capítulo 2 - Definição de Metas para os indicadores do Planejamento estratégico
- Capítulo 5 - Cronograma de Oferta de Cursos e Vagas
- Capítulo 6 - Infraestrutura
- Capítulo 7 - Organização e Gestão de Pessoal
- Capítulo 11 - Capacidade e Sustentabilidade Financeira

Neste sentido, o Capítulo 3 – Projeto Pedagógico Institucional (PPI) aqui apresentado consiste na transcrição do texto original do PDI 2019-2023, estendendo seu planejamento para o ciclo 2024-2028.

3.1. O Sentido do PPI

O PPI do IFRS foi construído de forma bastante democrática no ano de 2011. Através de um processo de elaboração extremamente participativo, os segmentos docente, discente e técnico-administrativo da Instituição colaboraram e escreveram o presente documento. Na medida em que o IFRS foi crescendo e se desenvolveu, percebeu-se, por parte da comunidade, a necessidade de modificação de alguns posicionamentos aqui adotados. Por essa razão, no ano de 2014, o PPI passa por um processo de revisão, sem, contudo, abandonar seus elementos fundantes, fruto da compreensão conjunta dos atores do IFRS e retrato do seu compromisso com a sociedade. Nesse sentido, são descritas, em linhas gerais, as diretrizes que embasam a intencionalidade pedagógica do Instituto, bem como as concepções de mundo, homem, sociedade, educação e trabalho, dentre outras, que constituem referência para o entendimento da(s) mensagem(ns) enunciadas nesse texto.

O projeto pedagógico de uma instituição de ensino representa sempre um processo contínuo, de construção coletiva, da intersecção de convicções que orientam as práticas de ensino e de aprendizagem, do investimento constante no aprimoramento das relações, compreendidas como principal fonte do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, onde o “fazer” não está descolado do “aprender”, é preciso compreender que tudo o que ocorre em uma instituição de ensino é educativo e que a aprendizagem é um processo permanente de construção social através de símbolos, valores, crenças, comportamentos e significados. Essa perspectiva torna possível a compreensão entre as diferenças e a completude existente nos três segmentos (docente, discente e técnico- administrativo) que compõem o IFRS. Logo, tudo ensina e todos ensinam a todos, independentemente do sentido e dos julgamentos de valor, em um processo que é individual e coletivo ao mesmo tempo, observando-se que há, sobretudo, um coletivo em cada indivíduo.

Nessa lógica, um PPI não deve ser realizado a partir de um único referencial, mas como fruto da elaboração e contribuição de todos. Como construção coletiva, implica, conforme Barbier (1996), projetar, ou seja, intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções.

Segundo Veiga (1995, p.13), o projeto pedagógico deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da instituição de ensino. A construção do nosso PPI contribuiu para reforçar o compromisso coletivo com a concepção de EPT, impulsionada pela articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

No conjunto de propostas de ações do IFRS destaca-se a verticalização do ensino através da articulação da educação básica, profissional e superior. O IFRS, em consonância com o contexto de sua criação e comprometido com a concepção de EPT que a justifica, destaca como suas ações fundamentais:

- oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo intercultural e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promoção da integração e da Verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior;
- compromisso com a oferta formativa em benefício da consolidação e

fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação;

- desenvolvimento de ações de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realização e fomento da pesquisa aplicada, da produção de conhecimento do desenvolvimento cultural, da economia solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- fomento da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, com atenção especial às tecnologias assistivas e àquelas que visam à criação de estratégias de preservação do meio ambiente;
- integração com as comunidades locais por meio da participação em grupos, comitês e conselhos municipais e regionais;
- compromisso com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores em educação.

Com o processo de discussão e construção do PDI 2014 – 2018, o PPI passou por uma fase de revisão pela comissão responsável, adequando-se ao formato exigido pela legislação e, especialmente, aos desafios impostos pelo crescimento do IFRS.

Para Kuenzer (2014, p. 79):

> o processo pedagógico em curso, no entanto, não é universal; é preciso elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover as necessárias articulações para construir coletivamente alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas.

A definição das políticas e princípios que orientam o PPI tem, portanto, o objetivo de definir as bases políticas, pedagógicas e epistemológicas que orientam a educação técnica e tecnológica do IFRS comprometida com um projeto de nação democrática e para todos.

3.2. Dimensão Político–Pedagógica

3.2.1. Ser humano, sociedade e educação

O ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado, é um ser de relações e na convivência com outros seres se constitui. Encontra-se em permanente movimento no tempo e espaço, sempre em busca de sanar suas necessidades para produzir sua existência. Essa iniciativa, que os seres humanos possuem em sua essência, se

materializa através do trabalho, que resulta na produção de conhecimento e na consequente formação de uma bagagem cultural, que se constitui como ponto fundamental para o desenvolvimento da humanidade. Sendo assim, o ser humano como sujeito cognoscente reflete sobre sua própria existência e atua politicamente na realidade, transformando a sociedade.

Pensar no ser humano significa projetar sua coletividade em uma sociedade que represente um espaço de possibilidades dialógicas, históricas e culturais. Uma visão de sociedade que se contrapõe a concepções de imobilidade, de naturalização das relações, em que a ideia de que nada podemos fazer para modificar a realidade é diariamente vendida. Pensar socialmente significa entender a realidade desigual que efetivamente existe e conceber as relações de poder na dimensão material, onde as lutas de classes pautam os movimentos dessa sociedade.

Diante desse contexto, torna-se premente projetar uma sociedade baseada em relações verdadeiramente igualitárias, na qual a democracia nos remeta ao conceito amplo de cidadania, que vai muito além da participação política através do voto, pois a cidadania consiste na possibilidade de todos os sujeitos da sociedade terem acesso à educação, cultura, trabalho, qualidade de vida, bens materiais, etc.

Trabalhar na perspectiva da transformação social implica adotar mecanismos para alcançar as ações previstas acima e, nesse sentido, a educação não pode ter a responsabilidade integral da transformação, pois a educação, de forma isolada, não é capaz de transformar uma sociedade. No entanto, se analisada em amplo sentido, possui uma função fundamental, na medida em que todo o processo de transformação é fruto de um conjunto de ações educativas.

O IFRS entende a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Além disso, deve ter um caráter não dogmático, de modo a que os sujeitos se autoidentifiquem do ponto de vista histórico. Nesse sentido, conforme Pacheco (2011), a educação

> precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao Mundo do Trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (p.5).

3.2.2. Contexto atual do Mundo do Trabalho

Nas últimas décadas, através da intensificação da globalização, as instituições representantes do capital vêm orquestrando mudanças significativas que dinamizaram o

processo de exploração da classe trabalhadora, minimizando suas conquistas. Para Ciavatta (2005), a globalização, aparentemente neutra, realiza uma função ideológica bem específica: “encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social.” (p. 65).

É também, nesse sentido, que se observa o surgimento da chamada “sociedade do conhecimento”, um conhecimento que busca dar conta das especificidades que o mercado exige e, como resultado, da busca pelas competências e habilidades necessárias para o trabalhador ser absorvido pelo mercado.

Nesse contexto, contudo, a educação não pode estar a serviço das demandas do mercado, pois não há como institucionalizar o ensino para o trabalho e para o trabalhador sem vislumbrar os trabalhadores como centro desse processo. Assim, a educação não pode estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, mas deve estar em sintonia com as necessidades de formação profissional, através de uma articulação permanente entre Trabalho e Educação.

Para tanto, é preciso entender o trabalho como práxis constituidora do ser humano, que, ao mesmo tempo, possibilita a manutenção da espécie e o liberta das suas necessidades. Na condição de liberdade, o ser humano aumenta a sua capacidade criadora e construtora da realidade e recriação de si e dos outros, em busca de sua emancipação. De acordo com Organista (2006), [...] é a categoria trabalho que permite a existência social, é falso afirmar que a existência social se limita ao trabalho. Ao contrário, sendo o trabalho uma categoria social, ele somente pode existir enquanto partícipe da totalidade social; nesse sentido, o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, é constituinte e constituído pelas relações entre os homens. (p.14)

Partindo do pressuposto que as dimensões do trabalho não se restringem apenas às atividades materiais e produtivas e, portanto, representam as constituições históricas, acredita-se que a experiência do trabalho possibilita a criação e recriação do cotidiano dos trabalhadores, transformando-os em atores e sujeitos dos processos produtivos. Desse modo, é necessário retomar a discussão que Marx realiza acerca do trabalho, em seu sentido histórico e ontológico, para compreender qual o alicerce que fundamenta a educação profissional na Rede Federal, enfocando o trabalho no seu sentido positivo, buscando o desenvolvimento humano integral.

Dessa forma, defende-se a Indissociabilidade entre a educação geral e a educação profissional, uma formação técnica e tecnológica integrada, que promova a percepção da ontologia do trabalho e a educação omnilateral (FRIGOTTO, 2004). Cita-se aqui, também, Gramsci, autor que busca “[...] enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a

dimensão intelectual ao trabalho produtivo de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos" (GRAMSCI, apud CIAVATTA, 2005, p. 84).

Para que se possa falar em Educação Omnilateral é preciso atender a todas as dimensões relacionadas à constituição humana enquanto ser histórico-social. Significa não desmerecer nenhum dos aspectos culturais e socioeconômicos. Mas rejeitar uma educação de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental e proporcionar uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política, a partir de uma compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes, do esporte e do lazer.

Assim, acredita-se na superação da divisão social do trabalho que separou ao longo da história o homem entre o pensar e o fazer, o dirigir e o planejar. Superando a compreensão do trabalho estranho e alienado, que se opõe à construção de uma sociedade humanizada, com olhar voltado ao trabalho com sentido ontológico.

3.3. Gestão Democrática

A partir da abertura política no Brasil, na década de 1980, e da reorganização dos movimentos políticos e sociais, o país entra num novo paradigma social, no qual o debate democrático volta a pautar o contexto da sociedade brasileira. Como reflexo desse cenário, temos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, no Artigo 206, prevê que a Gestão Democrática seja um dos princípios do ensino. Acompanhando essa ideia, no âmbito da educação, a LDB de 1996, em seu artigo 3º, traz a Gestão Democrática como um princípio do ensino público e reforça esta ideia no artigo 14, destacando algumas formas de realizar a Gestão Democrática:

I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, há mais de 20 anos o Brasil vivencia a democracia aplicada na gestão das instituições públicas de ensino, e o IFRS tem nos princípios da Gestão Democrática as bases para sua organização e funcionamento.

Nesse sentido, vive-se numa democracia caracterizada pela organização política que reconhece cada sujeito como membro da comunidade/sociedade, a quem cabe discutir, refletir, pensar, opinar e transformar as questões coletivas. Isso remete à democracia escolar que se efetiva através da gestão democrática, entendida "como uma

das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos" (Antunes, 2002, p.131).

Uma meta institucional que está sendo perseguida é o aumento da participação de representantes de entidades civis nas instâncias deliberativas e executivas do Instituto. No ano de 2010, o Instituto conseguiu realizar a sua Avaliação Institucional, com a participação de membros da comunidade externa na CPA, contribuindo com um olhar diferenciado e auxiliando na reflexão institucional. Outro momento que merece destaque foi o processo de construção do Regimento Interno do Instituto. O processo foi encaminhado de forma semelhante ao de construção deste PPI. Instituiu-se um GT com representantes de todos os campi. A partir de uma minuta propositiva, em cada campus foi formada uma comissão com representantes do segmento docente, técnico-administrativo e discente para organizar o debate e sistematizar as sugestões advindas dos diversos momentos de diálogo. A partir da aprovação do Regimento Geral dos campi do IFRS, seus respectivos conselhos começarão a funcionar e serão a instância máxima de deliberação no âmbito do campus, aumentando o fluxo de informações e ampliando a participação nas decisões, tornando-se assim um espaço privilegiado de gestão democrática. Dessa forma, não se concebe Gestão Democrática sem a ampla participação dos CONCAMPs, atuando de maneira deliberativa na aprovação de parcerias com outras organizações, na criação de novos cursos (independentemente do nível de ensino), nas decisões que envolvam o patrimônio público e na definição das estruturas administrativas, processuais e recursais, garantindo que todos os segmentos envolvidos tenham oportunidade de pronunciar-se sobre os diversos assuntos de interesse do IFRS. Além disso, o IFRS deve garantir visibilidade de suas ações, tanto para o público externo quanto para a comunidade acadêmica, por meio de comunicação eficiente, com o uso de sites adequados, de redes sociais e das diversas plataformas comunicativas existentes.

A gestão educacional, de acordo com Luck (2000), deve ser fonte de inspiração e mobilização para concretizar objetivos, com a percepção de que essa realidade é mutante, global, dinâmica e necessita da coletividade para ser transformada. Para o autor, a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização, capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. (p.25)

Reafirma-se aqui que os IFs surgem a partir de uma intencionalidade política, fruto do contexto social e econômico, sendo institucionalizados através da Lei nº 11.892, de 2008. A criação do IFRS proporcionou o encontro de instituições de ensino com história dentro da educação profissional (um Centro Federal de Educação Tecnológica, uma

Escola Agrotécnica Federal e Duas Escolas Vinculadas a Universidades Federais) além da criação de novos campi.

Por um lado, as instituições que vinham atuando como autarquias federais tinham um nível maior de autonomia administrativa e financeira e tiveram que se adequar a essa nova realidade: tornar-se um campus de uma instituição multicampi e, consequentemente, ter sua autonomia relativizada.

Por outro lado, as então escolas vinculadas às Universidades Federais e os campi que foram criados ou agregados ao Instituto no decorrer do processo tiveram acesso a novas oportunidades de gestão educacional.

Portanto, é a partir dessa formatação heterogênea, em termos de cultura organizacional, que o IFRS vem buscando maneiras de otimizar sua estrutura administrativa, pautado nos princípios da Gestão Democrática.

Mais que um conceito, a gestão democrática é um princípio que precisa e vai se constituindo no dia a dia da instituição, através da participação e envolvimento do maior número de sujeitos nos processos decisórios, no respeito às deliberações tomadas em coletivo, no reconhecimento dos órgãos colegiados como instâncias privilegiadas de consulta e deliberação, na liberdade de expressar opiniões e no sentimento de responsabilidade coletiva em relação aos assuntos institucionais.

3.3.1. Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extraescolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade).

De acordo com Martins (2004), após a promulgação da LDB em 1996, muitos educadores adotaram uma postura de mudança nos processos de ensino e de aprendizagem, almejando a relação entre aprendizagens, relacionando cada vez mais as ações dos educandos sobre a realidade, tanto no cotidiano quanto no futuro exercício profissional.

Martins (ibidem) também acredita que, para tanto, há a necessidade de rever as concepções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. Considera-se que um dos maiores entraves para a concretização dessa Indissociabilidade resida na visão fragmentada, taylorista, dos processos nela envolvidos, pela qual ensino, pesquisa e extensão tornam-se atividades em si mesmas.

O fazer pedagógico desses Institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf - 30-06-2011, pág. 12)

Além disso, a ausência de espaços coletivos de formação permanente para trabalhadores em educação, a escassez de espaços de discussão e a ausência de espaços coletivos de convivência minimiza o diálogo, a interação entre professores e, por consequência, entre as disciplinas e entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural, promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional.

3.3.2. Estrutura Organizacional do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

O Estatuto e o Regimento Geral são os dois documentos que norteiam a estrutura administrativa do IFRS. Apontar-se-á algumas estruturas deliberativas e executivas da organização, dando ênfase às que possuem maior relação com o ensino, a pesquisa e a extensão. O CONSUP e o CD são as instâncias colegiadas com função deliberativa, sendo que o CONSUP, de caráter consultivo e deliberativo é o órgão máximo da Instituição. O CD, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

As instâncias executivas e deliberativas do IFRS, no que se refere à organização do ensino, da pesquisa e da extensão estão diretamente relacionadas às Pró-reitorias e Comitês. A PROEN, PROPPI e PROEX são os órgãos executivos responsáveis pelo planejamento, superintendência, coordenação, fomento e acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão do Instituto. Essas três Pró-reitorias desempenham suas atividades mantendo estreita comunicação com as respectivas Diretorias e Coordenadorias de Ensino, Pesquisa e Extensão dos *campi* e com as PROAD E PRODI.

Na busca por ampliar a participação e representatividade dos *campi* nas decisões e encaminhamentos das Pró-reitorias, destaca-se a importância do COEN, COPPI e COEX. Os comitês debatem os temas de sua abrangência e propõem a criação de comissões ou GTs para realizar tarefas coletivas de interesse do Instituto.

3.4. Políticas de Ensino

O Norte de uma instituição de ensino são suas políticas de ensino. São alguns exemplos de políticas de ensino do IFRS: seu compromisso com a educação profissional, a verticalização do ensino, a construção e reconstrução permanente de seus currículos, as práticas avaliativas, a busca por paradigmas democráticos para inclusão, acesso, permanência e êxito na instituição.

3.4.1. O Compromisso com a Educação Profissional

O IFRS, em conformidade com as políticas e princípios que orientam suas ações, possui um forte compromisso com a educação profissional, na medida em que objetiva um projeto de sociedade baseado na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos: cultural, econômico, político, entre outros.

Nesse sentido, acredita-se que, para tanto, a educação profissional deve articular, sob a perspectiva da totalidade, síntese de múltiplas relações, sem dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, os seguintes conceitos: trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Com base nessa concepção, o ser humano, como ser histórico-social, age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação, produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio. Nessa relação, os seres humanos materializam suas ações através do trabalho. Logo, o trabalho torna-se uma categoria ontológica, inerente à espécie humana. Sendo assim, o trabalho é o elemento desencadeador da produção de cultura, bens materiais e conhecimentos que movimentam a sociedade humana. O trabalho deve ser analisado como princípio educativo, sentido em que permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes, do esporte e do lazer.

A cultura constitui-se como uma categoria que representa as relações dos seres humanos histórica e geograficamente, suas cargas identitárias, suas tradições e seus costumes. Essa se torna fundamental, na medida em que, analisada, possibilita a compreensão da conjuntura social que permitiu determinadas transformações na história da humanidade.

A ciência é a parte do conhecimento melhor sistematizado e expresso na forma de conceitos e são representações importantes que auxiliam a reflexão dos seres humanos

sobre a realidade concreta. Já a tecnologia pode ser compreendida como a ciência apropriada a fins produtivos, sendo, por essa via, a educação profissional um canal confluente de uma formação que integra cultura, ciência e tecnologia.

A arte (cênica, musical, plástica, etc.) é o elemento capaz de criar e recriar identidades culturais, individuais e comunitárias; permite momentos de reflexão, de insights, de criatividade, de expressão; é capaz de desenvolver a inteligência (Gardner). A música, por exemplo, desenvolve a sociabilidade, o senso de ritmo e de tempo, é, outrossim, produto econômico, enquanto promove a sensibilidade estética e antropológica, tornando-se fundamental para a educação integral do ser humano. Assim, a atividade artística é também atividade técnico-profissional, seja de trabalhadores em educação, seja de estudantes, configurando-se em elemento extremamente importante para a compreensão de atividades de performance e de produção e de contato com a comunidade.

Já o esporte e lazer (atividades físicas em geral) apresentam-se como um elemento de elevação da qualidade de vida, que visa equilibrar as relações entre trabalho e trabalhador, respeitando ritmos, sinais de saúde e bem-estar. O esporte é também uma das facetas apresentadas por Gardner dentro da Inteligências múltiplas, caracterizado por pessoas determinadas, com objetivos definidos, que sabem trabalhar em equipe e resolver situações problema.

3.4.2. A Verticalização do Ensino

O IFRS estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão.

A Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca superar o modelo hegemônico de educação, possibilitando que o conjunto de saberes produzidos no IFRS perpasse os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

A atuação nos diferentes níveis e modalidades permite aos sujeitos envolvidos no processo educacional a reconstrução de seus saberes por meio da dialogicidade, possibilitando a reflexão constante sobre o agir pedagógico.

Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho e de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a

educação brasileira (BRASIL, MEC. 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec Acesso: 02.06.2011) .

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos, flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também pode possibilitar que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando, dessa forma, a construção e reconstrução contínua de saberes.

Para os trabalhadores em educação, a atuação em diferentes níveis de ensino permite a ressignificação de saberes, inclusive em relação à prática da pesquisa e da extensão, oportunizando olhares diferentes, com complexidades singulares acerca das temáticas envolvidas na educação profissional.

Essa organização curricular dos IFs traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz que essa atuação acaba por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Verticalização sintoniza-se com a diversidade e condiz com uma visão progressista de educação, com o compromisso de que o trabalho como princípio educativo pode ser um caminho privilegiado para a formação integral do ser humano, independentemente do nível de ensino em questão.

3.4.3. Currículo

O IFRS concebe o currículo numa perspectiva ampliada, que contempla as diversas experiências de aprendizagem, os esforços pedagógicos e as intenções educativas. Paiva (1993) vai além e entende que o currículo tem papel fundamental na construção da identidade de um povo, na concretização da sua soberania e seu senso de autonomia.

O currículo é compreendido como um projeto, porque não se trata de algo pronto. Acredita-se que o currículo, enquanto meio de organizar o conhecimento, deve ser construído coletivamente, levando em consideração os elementos da realidade local e

dos sujeitos envolvidos, influenciado pelas relações dinâmicas dentro do contexto escolar e carregado de intencionalidade político-pedagógica.

O IFRS acredita que o currículo deve explicitar a função da instituição e enfatizar o momento histórico e social determinado, sendo uma forma de organizar saberes. Como afirma Sacristán (1998), citando Grundy (1997), o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à humana. É, antes de tudo, um modo de organizar uma série de práticas educativas (p. 5).

Nesse sentido, o currículo precisa expressar os anseios da comunidade escolar e acadêmica, incluindo-se as vozes das culturas silenciadas, para que, através dele, se realizem os fins da proposta educacional. Dessa forma, a organização curricular do IFRS terá como diretriz a formação humana, ou seja, formar cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo.

3.4.4. Avaliação

A avaliação é integrante dos processos de gestão, de ensino e de aprendizagem, envolvendo ações de ordem diagnóstica, de monitoramento e de reflexão das práticas realizadas. Tem como finalidade promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário, entendendo que toda a educação se constitui como um ato intencional. Segundo Gadotti (1984),

A Avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (p. 90)

Consciente de que a avaliação reflete as intenções educacionais de uma instituição de ensino, o IFRS busca criar referenciais que balizam os processos avaliativos, respeitando sempre as especificidades existentes nas distintas realidades atendidas pelos campi.

Pensar em avaliação remete delinear diferentes formas de avaliar, já que os educandos são sujeitos únicos, com vivências pessoais, experiências anteriores e com formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos. De acordo com Fernandes e Freitas (2008), as instituições de ensino precisam incluir os diferentes sujeitos, socializando experiências, promovendo o crescimento do grupo através da socialização da cultura. Destaca-se que uma das experiências relacionadas à avaliação do processo

de ensino e aprendizagem é a realização periódica de encontros consultivos e/ou deliberativos com a participação de trabalhadores em educação e discentes (ou seus responsáveis).

Além de considerar os pressupostos da LDB, o IFRS acredita que a avaliação deverá ser diagnóstica (partindo do conhecimento dos educandos para o dimensionamento metodológico do processo de ensino e aprendizagem) e participativa, (envolvendo todos no processo de aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa, bem como da construção de seus saberes). Conforme Freire, “ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção.” (1997, p.25). A avaliação também deverá ser formativa, (acompanhando o desenvolvimento do educando, de forma processual e contínua, percebendo as dificuldades no decorrer do processo e, a partir disso, reorientando-o).

Nesse sentido, a proposta da avaliação com ênfase qualitativa busca dimensionar as transformações necessárias para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo inerente a ele. Para Fernandes (2006),

> é fundamental que se conceba a prática avaliativa como prática de aprendizagem. Avaliar faz parte do processo de ensino e de aprendizagem: não ensinamos sem avaliar, não aprendemos sem avaliar. Dessa forma, rompe-se com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação, como se esta fosse apenas o final de um processo. (p. 38)

Considerando a avaliação como fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem, tanto os cursos que foram criados antes da configuração do Instituto quanto os que foram criados após este período, contemplam em seus Projetos Pedagógicos uma perspectiva avaliativa, baseada em diversos instrumentos avaliativos, constituída por formas de avaliar mais democráticas e inclusivas.

3.4.5. Inclusão, acesso, permanência e êxito

a) Inclusão

À educação inclusiva concerne um espaço pedagógico que reconhece e aceita a diversidade, assumindo assim uma postura que ressignifica as diferenças, dando-lhes sentido heterogêneo. Fonseca (2003) ilustra a questão com a referência: “a educação inclusiva respeita a cultura, a capacidade e possibilidades de evolução dos sujeitos envolvidos.”

Em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas

com necessidades específicas à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, o IFRS implementa em todos os seus *campi* o NAPNE, que tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei nº 10.098/00, Lei nº 10.048/00, Decreto nº 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). É compromisso do NAPNE o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o compromisso do IFRS com a formação integral do ser humano, em especial ao relacionamento que estabelece com o Mundo do Trabalho.

Além disso, são princípios da ação inclusiva no IFRS:

- o respeito à diferença;
- a igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão, permanência e êxito;
- a garantia da educação pública, gratuita e de excelência para todos;
- a defesa da interculturalidade;
- a integração com a comunidade escolar e acadêmica.

A educação inclusiva no IFRS visa atender às necessidades específicas de todos os estudantes, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas. Os *campi* têm implementado o que regem as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, sobre a inclusão de ações pedagógicas que contemplem as relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Os *campi* do IFRS possuem NEABI, núcleos responsáveis por fomentar e organizar estudos e ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, incentivando a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Os Núcleos de Gênero também estão sendo implementados em alguns dos *campi* do IFRS. Seu principal objetivo é implementar a política da Diversidade de Gênero, com vistas a promover valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade, articulando os setores da Instituição nas diversas atividades relativas à inclusão e diversidade de Gênero e Sexualidade.

Para tanto atender aos requisitos legais como promover ações inclusivas, a Instituição prioriza a aquisição e a utilização de recursos materiais e técnicas avançadas e investe na formação dos servidores para que desenvolvam e atuem com competência em contextos de diversidade.

b) Acesso

O IFRS, como instituição integrante da rede pública brasileira de educação, tem como compromisso contribuir para a democratização e expansão do ensino público e gratuito, buscando assegurar a igualdade de condições de acesso. Nesse sentido, a forma de ingresso aos cursos regulares do IFRS é mediante processo de seleção pública. O número de vagas para os cursos está definido nos Projetos Pedagógicos de cada curso, adequando-se às demandas regionais e às especificidades de cada *campus*.

c) Permanência e êxito

No que tange à permanência dos educandos nos cursos, o IFRS possui políticas de AE diferenciadas e bastante abrangentes que envolvem diversas modalidades de auxílio, com ênfase à moradia, alimentação, transporte, entre outras.

No âmbito de cada *campus* existem projetos de apoio pedagógico que visam a auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, através de oficinas, aulas de reforço e sessões especiais de monitoria por área/disciplina, entre outros.

Em relação à arte, cultura e esporte, existe o incentivo às atividades que integrem e desenvolvam habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais, ou atividades voltadas ao esporte, atividades físicas e lazer. Destacam-se as equipes esportivas, tanto nas modalidades tradicionais de esporte coletivo (futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, quanto nas modalidades individuais, como xadrez, tênis de mesa e atletismo). Com um grande potencial para ampliar essa oferta de modalidades na medida em que os espaços qualificados para a prática de atividades físicas forem construídos em cada *campus*. Outra forte atividade de integração dos educandos são as atividades culturais, inclusive realizando apresentações em outros IFs e em eventos de entidades civis.

O IFRS trabalha também através da criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas nos *campi*, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho dos educandos, com o intuito de superar os índices de evasão e retenção identificados na Instituição.

d) Inovações consideradas significativas dos componentes curriculares

A inovação pedagógica constitui um dos eixos centrais da proposta dos IFs desde sua Lei de criação. A organização acadêmica dos IFs, definida desde a Lei nº 11.892/08,

quando define a nova institucionalidade dos IFs, indica a ruptura da reprodução de modelos externos e toma a inovação a partir da relação entre o ensino técnico e tecnológico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Em consonância com seu contexto legal, os cursos do IFRS apresentam uma proposta inovadora a partir de dois eixos: a *transversalidade* e a *verticalização*, constituindo-se aspectos determinantes que contribuem para uma nova possibilidade do desenho curricular dos seus cursos. A verticalização, para além da simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, como princípio de organização curricular, prevê um diálogo enriquecedor e diverso entre os níveis de formação da educação profissional e tecnológica. A transversalidade contribui para a consolidação da verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, e, portanto, da ação pedagógica. A metodologia para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem no IFRS busca, portanto, a superação da dicotomia ciência/tecnologia e teoria/prática, tendo o trabalho e a pesquisa como princípio educativo e científico.

Dessa forma, tanto a metodologia, quanto a avaliação são definidas de forma, ativa, reflexiva e participativa, encaminhando para novos modelos e práticas pedagógicas diferenciadas. Assim, a transversalidade e a verticalização, cujo eixo de ação se dá através da inovação e tecnologia, sustentadas pelas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, exige novas habilidades cognitivas e reconfiguração de tarefas e métodos.

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos, flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também vem possibilitando que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando, dessa forma, a construção e reconstrução contínua de saberes.

A flexibilidade dos currículos está orientada pelos princípios definidos no PPI, além de atender as Diretrizes Curriculares Nacionais, permitindo:

- alternativas de percursos acadêmicos diferenciados;
- o desenvolvimento da autonomia do estudante na definição de parte do seu percurso acadêmico;
- a mobilidade acadêmica;
- as atividades complementares nos cursos de graduação;
- atualização permanente dos currículos de acordo com a demanda regional, no que se refere aos seus arranjos produtivos, as necessidades do Mundo do Trabalho, a

atualização de conhecimentos, assim como o atendimento do que está preconizado na legislação vigente.

Na perspectiva da flexibilidade curricular, o IFRS ainda prevê, com normativas específicas, o aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho, uma vez que atende uma parcela significativa de alunos-trabalhadores.

Cabe ainda destacar que, por força da Lei, o IFRS caracteriza-se como instituição certificadora.

e) Atividades práticas e estágio

As atividades práticas e o estágio são concebidos no IFRS como espaços privilegiados de articulação entre a teoria e a prática, bem como de integração entre os currículos e o Mundo do Trabalho em todos os cursos, níveis e modalidades de ensino.

Mediado pela intervenção pedagógica numa perspectiva interdisciplinar do currículo, o estágio curricular é parte integrante do percurso formativo e, como tal, está previsto no Projeto Pedagógico dos diversos cursos ofertados pelo IFRS.

Alguns princípios básicos que orientam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, também tomam centralidade nas políticas que orientam a concepção de práticas e estágio como componente curricular dos cursos do IFRS:

- A Verticalização e a transversalidade: nos espaços de práticas e estágio faz-se necessário também extrapolar a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, promovendo um diálogo rico e diverso entre os níveis de formação no Mundo do Trabalho. Nesse cenário das relações entre teoria e prática, a transversalidade como princípio da mediação pedagógica, contribui para o estabelecimento das relações entre as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como possibilidades de mobilização de conhecimento, construção e criação de práticas profissionais;
- a Indissociabilidade entre teoria e prática: a teoria só se reverte de sentido quando vista e experienciada pela ação, assim como a ação contribui para a ressignificação e construção de conhecimento teórico;
- a pesquisa como princípio educativo: a resolução de problemas, através de uma atitude investigativa, reflexiva e criativa, contribui para a produção de novos conhecimentos e para a transformação da realidade. A dimensão prática do trabalho implica nas possibilidades de observação, de análise, de interpretação e de mobilização de conhecimentos, gerando novos conhecimentos, processos ou

produtos;

- o trabalho como princípio educativo: a relação entre educação e trabalho nos espaços de prática e estágio deve orientar-se pelo caráter formativo da mesma, privilegiando o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano, rompendo a dualidade estrutural entre as funções intelectual e instrumental.

Sendo assim, as atividades de prática e estágio são de caráter prático, pedagógico e de aprimoramento técnico e científico, devendo oportunizar a vivência de situações reais do cotidiano profissional. A experiência de estágio contribui para que o estudante construa autonomia de pensamento e de ação com vistas à resolução de problemas na área profissional de sua formação, além de vivenciar a cultura laboral na sua área de atuação. A inserção no ambiente de trabalho ao longo do percurso de formação acadêmica contribui significativamente para a promoção do desenvolvimento do espírito e do pensamento reflexivo.

O estágio, conforme a Lei nº 11.788/08[1] poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino técnico e tecnológico, modalidade e área de ensino e do PPC. Cada PPC deverá estabelecer suas normas para estágio obrigatório, quando houver, e deverá explicitar se admite ou se não admite a realização de estágio não obrigatório. Os estágios não obrigatórios poderão ser contados como atividades complementares, caso esteja especificado no PPC.

As políticas de estágio, seus processos de gestão e acompanhamento permanente, bem como a regulamentação dos processos inerentes às relações entre o IFRS e o Mundo do Trabalho são coordenados pela PROEX em conjunto com os *campi* de forma a atender as especificidades das diversas realidades e cursos do IFRS.

Para fins de normatização, a PROEX define INs próprias que orientam os processos de gestão, execução e registros dos estágios no IFRS.

As políticas de estágio, seus processos de gestão e acompanhamento permanente, bem como a regulamentação dos processos inerentes às relações entre o IFRS e o Mundo do Trabalho são coordenados pela PROEX em conjunto com os *campi* de forma a atender as especificidades das diversas realidades e cursos do IFRS.

Para fins de normatização, a PROEX define INs próprias que orientam os

[1] BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o artigo 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

processos de gestão, execução e registros dos estágios no IFRS.

f) Perfil do egresso

A definição geral do perfil do egresso do IFRS sustenta-se em pressupostos político-pedagógicos que definem a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica comprometida com o desenvolvimento da transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Nesse sentido, o desenvolvimento do perfil do egresso definido pelo IFRS implica na rejeição dos processos educacionais de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental. Sobretudo, implica em empreender esforços para a institucionalização de uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política, que possibilite ao estudante a construção da compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes e dos esportes.

Associado ao do perfil geral do egresso do IFRS, os PPCs, alinhados, também, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os níveis e etapas da educação técnica e tecnológica, definem o perfil específico dos egressos relacionados a cada área do conhecimento ou eixo tecnológico.

Orientando-se para o cumprimento da missão para a qual foram criados os IFs, o IFRS faz a opção filosófico-educacional por projetos pedagógicos que definam e contribuam para a formação de um perfil de egresso com:

- Formação humana e Cidadã;
- capacidade de promover transformações significativas tanto para si, como trabalhador, assim como para o desenvolvimento social;
- condições de interpretar a sociedade e o Mundo do Trabalho, exercendo sua cidadania com base na justiça, na equidade e na solidariedade;
- visão interdisciplinar e formação politécnica, capaz de atender as demandas do Mundo do Trabalho e da sociedade como um todo;
- autonomia;
- capacidade reflexiva;
- visão indissociada da teoria e da prática;
- capacidade de articulação entre os conhecimentos gerais e específicos da sua área de atuação.

3.4.6. Políticas de Pesquisa e Inovação

As políticas de pesquisa do IFRS pautam-se pelas finalidades e objetivos preconizados na Lei de criação dos IFs, fomentando a realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, além de criar mecanismos para estender seus benefícios à sua região de abrangência, sem descuidar do alcance nacional e internacional.

Da mesma forma, as políticas de pesquisa do IFRS buscam o alinhamento com Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020, o qual define as novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Da mesma forma, alinha-se ao documento Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015, o qual define a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de situar o Brasil na vanguarda do conhecimento científico e tecnológico, afirmando que:

> a importância conferida a política de C,T&I no processo de desenvolvimento sustentável do país implica reconhecer que os impactos da ciência e da tecnologia são transversais a atividade econômica, a conservação dos recursos naturais e ao propósito final de elevar os padrões de vida da população brasileira a partir da crescente incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo e da apropriação dos benefícios gerados. Nesse sentido, essa estratégia de âmbito nacional aponta claramente os objetivos a serem atingidos, as ações para alcançá-los e as metas mais significativas a serem cumpridas ao longo do processo. (MCTI, 2012, p. 3)

Para tanto, o IFRS busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas, para a execução de atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, empresas de diferentes segmentos produtivos, visando firmar contatos e convênios sistemáticos na área da pesquisa aplicada, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores e discentes, além do desenvolvimento de projetos comuns.

O IFRS possibilita, ainda, dentro da linha de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, programas de cooperação e intercâmbio técnico-científico, os quais buscam definir, planejar, coordenar e executar estudos, levantamentos, pesquisas, planos e programas destinados ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico, dar apoio mútuo na promoção e desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologia, prestação de serviços, intercâmbio de informações técnico-científicas, ensino e treinamento relevantes aos

interesses das instituições colaboradoras, atividades culturais de disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

A atividade de pesquisa científica e tecnológica, portanto, vem sendo institucionalizada no IFRS como um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades, indissociada do ensino e da extensão, na qual os pesquisadores buscam produzir conhecimentos, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social, tecnológico e cultural.

No que se refere à inovação, o IFRS, como instituição de educação científica e tecnológica, tem a missão de promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

É papel do IFRS, através do seu NIT, vinculado à PROPPI, gerir sua política de inovação tecnológica, realizando atividades como celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de patentes de sua propriedade, prestação de serviços de consultoria especializada em atividades desenvolvidas no âmbito do setor produtivo, estímulo à participação de servidores em projetos com foco na inovação, capacitação de técnicos e pesquisadores em relação à cultura de inovação, dentre outras. Cabe também ao núcleo viabilizar a transferência do conhecimento científico e tecnológico gerado na Instituição para a sociedade, bem como promover a adequada proteção das invenções geradas no âmbito do IFRS, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico do país.

A institucionalização e consolidação da pesquisa ocorrem através da participação ativa dos *campi* do IFRS, o que vem permitindo expressivo cadastro de Grupos e Linhas de Pesquisa no Diretório de Pesquisa do CNPq com a respectiva certificação pela PROPPI.

O desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas pelos Grupos e Linhas de Pesquisa nos *campi* do IFRS alinha-se à expertise das áreas do conhecimento de oferta dos cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como aos programas, projetos e ações de extensão, com o objetivo de contribuir para a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento de forma integrada. Assim, o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas, intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade.

O IFRS tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, pedagógico, artístico, esportivo, tecnológico e cultural de nossa região. Também busca priorizar projetos de pesquisa e programas de iniciação científica vinculados aos objetivos do ensino e extensão, inspirados em proposições e demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, visando firmar contatos e convênios sistemáticos entre pesquisadores, promovendo o intercâmbio entre trabalhadores em educação e educandos de diferentes instituições nacionais e internacionais, além do desenvolvimento de projetos comuns entre as instituições.

O IFRS entende pesquisa artística, esportiva, de saúde, qualidade de vida, cultural e pesquisa científica como atividades afins, reconhecendo o processo de desenvolvimento de produção artística e esportiva como atividade de pesquisa.

As pesquisas a serem realizadas deverão harmonizar-se com o PPI e sua implementação ocorrerá mediante a adoção de procedimentos que consistirão, principalmente, em:

- buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, visando firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- criar mecanismos de avaliação e divulgação da produção científica e tecnológica realizada no Instituto;
- promover simpósios destinados ao debate de temas científicos, técnicos, tecnológicos, pedagógicos e culturais em todas as áreas de abrangência do IFRS; disponibilizar recursos audiovisuais, de informática e acervo bibliográfico atualizado;
- possibilitar participação em eventos científicos, técnicos, tecnológicos, culturais, artísticos, esportivos e pedagógicos que possam sensibilizar e motivar educandos e trabalhadores em educação ao desenvolvimento da prática de pesquisa, sobretudo aqueles que desempenham atividades profissionais articuladas com os eixos temáticos estratégicos pesquisados na própria Instituição;
- contribuir para o desenvolvimento de pesquisa que fortaleçam a Indissociabilidade com o ensino de nível técnico, de graduação e de pós-graduação;
- captar recursos para o desenvolvimento de programas especiais;
- disponibilizar o acesso às bases de dados nacionais e internacionais de artigos científicos;

- estimular a captação de fomento externo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

A gestão da pesquisa é de responsabilidade da PROPPI com o apoio do COPPI, composto pelos Diretores/Coordenadores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação de todos os *campi* do IFRS.

Os processos e fluxos da pesquisa e inovação, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou INs da PROPPI.

3.5. Políticas de Pós-graduação

As políticas de pós-graduação do IFRS buscam assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista o compromisso de contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional, conforme prevê o PDI. O IFRS vem buscando, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (MEC, 2008, p. 25).

A pós-graduação representa um sistema de cursos que se superpõe à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica ou cultural. O ensino de pós-graduação no IFRS vem sendo implantado nos formatos *lato sensu* e *stricto sensu*, respeitado o princípio da aplicabilidade investigativa, bem como de seu caráter profissional.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, destinados aos portadores de diploma de graduação, são cursos de especialização, que visam à complementação, ampliação e desenvolvimento do nível de conhecimento teórico-prático em determinada área de saber, buscando atender demandas sociais e do Mundo do Trabalho de forma articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, conforme sua natureza e modalidade, são classificados em cursos de mestrado acadêmico; cursos de mestrado profissional e cursos de doutorado. Prioritariamente, o IFRS, como forma de consolidar sua missão,

para além do necessário aprofundamento de saberes inerentes à competência acadêmico-científico, cultural, artístico e tecnológico próprios de programas *stricto sensu*, ofertará cursos de Mestrados Profissionais, dedicados, também, à ampliação da experiência prática dos estudantes, voltados à capacitação e aos conhecimentos aplicados, tecnologias e resultados científicos com vistas à solução de problemas no ambiente de atuação profissional.

Salienta-se que as políticas de pós-graduação estabelecem que os programas de pós-graduação devem levar em consideração a Indissociabilidade entre a prática do ensino e da pesquisa; o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização das atividades acadêmicas; o atendimento de demandas sociais, do Mundo do Trabalho e da produção, com os impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da EPT; a formação de profissionais para a pesquisa aplicada e para a inovação tecnológica.

Os processos e fluxos da pós-graduação, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou INs da PROPPI.

3.6. Políticas de Extensão

A ação extensionista é compreendida, no contexto do IFRS, como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o Mundo do Trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

As ações extensionistas são compreendidas como processos educativos que integram a formação humana dos pontos de vista cultural e científico, tornando acessível o conhecimento de domínio da instituição, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Há que se ressaltar, ainda, que é por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, isto é, a instituição reflete a partir das demandas e experiências externas, já que a sua razão de existência é atender aos anseios da comunidade.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das

relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas à reflexão-ação em torno das necessidades socioeducacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os *campi* , bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da União, do estado e dos municípios, visando contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade.

O IFRS entende que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade, porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. É na medida em que socializa seu conhecimento que o Instituto tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

O compromisso social manifesta-se na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania.

É compromisso do IFRS buscar, constantemente, tempos e espaços curriculares a fim de concretizar a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.6.1. Extensão e Prática Profissionalizante

As ações de extensão, regularmente vinculadas às práticas profissionalizantes dos alunos, serão desenvolvidas de maneira integrada e buscarão, no primeiro plano, o envolvimento de discentes sob a supervisão de docentes como co-gestores das iniciativas empreendidas nesse campo. Em segundo plano, buscar-se-ão parcerias com o poder público e segmentos organizados da sociedade, seja na prestação de assessorias e consultorias, seja em ações que resultem na proposição de ações que objetivem o atendimento das necessidades mais relevantes dos educandos.

Os estágios de preparação profissional e para a cidadania estão integrados nos programas institucionais de extensão e podem ser desenvolvidos de acordo com as especificidades de cada curso, conforme a previsão de seus Projetos Pedagógicos, dando-se prioridade aos seguintes programas/atividades:

- a partir de diagnóstico das necessidades da comunidade, oferta de cursos de iniciação, de atualização e de aperfeiçoamento, de modo a que possam se constituir em instrumentos para maior acesso ao conhecimento existente, em convênio com outras instituições congêneres;
- realização de eventos como congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, abordando temas do cotidiano e outros de interesse geral, com painéis variados, reunindo apresentadores e debatedores de renome em áreas de interesse do curso, integrando comunidade acadêmica, órgãos públicos e comunidade em geral;
- promoção de ações conjuntas, interagindo com entidades educacionais e assistenciais, ONGs e outras, em benefício da comunidade local;
- ampliação das possibilidades de convênios com instituições privadas, públicas e terceiro setor, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria;
- oferta de serviços, direta ou indiretamente, desde que sejam realizados em conformidade com os objetivos institucionais;
- prestação de serviços profissionais e assistenciais dirigidos à população, em campos de atuação para os quais a instituição desenvolve conhecimento ou qualifica seus alunos.

É responsabilidade dos professores orientadores de estágio do IFRS acompanhar periodicamente o trabalho desenvolvido pelos estagiários no campo de atuação do estágio, desde que viável economicamente, bem como orientá-los durante o desenvolvimento do estágio obrigatório, articulando os saberes produzidos nesta atividade com os estudantes. Assim, devem os diversos *campi* do IFRS reconhecer essa atividade como encargo docente. No entanto, compete à organização contratante (do estagiário), através de seus funcionários, a supervisão direta de todas as atividades desenvolvidas pelos estagiários.

A PROEX, no âmbito de suas competências e atribuições, planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e de relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa. A gestão da extensão no IFRS está sob a responsabilidade da PROEX e atua em conjunto com o COEX, que é composto pelos Diretores/Coordenadores de Extensão de todos os *campi* do IFRS.

Os processos e fluxos dos programas, projetos e ações de extensão, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou INs da PROEX.

3.7. Níveis e Modalidades de Ensino

A criação dos IFs indica a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação como opções de continuidade aos estudos dentro dos espaços geográficos ocupados pelos *campi* dos IFs.

3.8. Formação Inicial e Continuada

Considerando a educação como um processo contínuo e permanente, o IFRS deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação estejam inseridos nesse universo através da criação de oportunidades de formação continuada.

O IFRS acompanha a ideia de que todos os trabalhadores envolvidos nos processos e atos educativos são considerados trabalhadores da educação, portanto, as ações de formação continuada têm sempre esse olhar de pertencimento à educação profissional.

O incentivo à participação em cursos, congressos, seminários e treinamentos é outra ação nesse sentido. Em alguns casos, dependendo da disponibilidade orçamentária e das regras formuladas para esse fim específico, pode haver o custeio de despesas (taxa de inscrição, diárias e passagens).

O IFRS compreende que a formação continuada, no e a partir do cotidiano profissional, auxilia na qualificação técnica relacionada diretamente à atividade desenvolvida, permitindo ao trabalhador em educação sentir-se sujeito do processo educacional e ampliar seus horizontes pessoais e profissionais.

Compreende ainda que certas atividades profissionais demandam uma habilidade técnica extremamente refinada e específica e que, portanto, exigem do trabalhador em educação uma prática e atualização constantes.

3.9. Responsabilidade Social

O IFRS, como instituição pública federal de educação técnica e tecnológica e

entendendo a educação como um bem público, contextualiza a responsabilidade social como eixo transversal do seu PPI através das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O paradigma da responsabilidade social assumido pela instituição representa uma das vias para consolidar o seu projeto educacional como espaço que promove a formação integral e de cidadania responsável. (PERNALETE; ORTEGA, 2010).

Como Instituição voltada à região na qual se insere, os projetos de ensino, pesquisa e extensão nascem da identificação das necessidades regionais, tanto sociais quanto econômicas. Esse diálogo necessário com a sociedade promove a geração de conhecimentos novos, de tal forma que permite introduzir inovações para responder às necessidades da complexa realidade social e do Mundo do Trabalho.

Sendo assim, o IFRS assume sua função social que faz parte da trama de poderes ligados a interesses políticos, econômicos e sociais, estabelecendo diálogo entre instituição e sociedade através da execução de projetos e programas de alcance social, tanto no âmbito da Instituição quanto em seu entorno.

Além dos programas e projetos institucionais comprometidos com a educação integral e o desenvolvimento integral do cidadão, o IFRS engaja-se nos programas sociais do governo que têm interface com a educação. Dentre esses, pode-se citar: políticas de cotas para ingresso em todos os níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico; Programa Nacional de Acesso em Emprego e Trabalho; Programa Mulheres Mil.

3.10. Avaliação Institucional

A avaliação institucional se constitui como processo sistemático que permite compreender de forma global a trajetória institucional, além de promover a autoconsciência da instituição, oportunizando a melhoria da qualidade científica, política e tecnológica das ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas.

A avaliação institucional implica também o comprometimento com as condições para a promoção e melhoria da administração, do ensino, da pesquisa e da extensão, orientando no princípio da democratização. Para Ribeiro (2000, p.15), “a avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade”.

A prática dialógica da avaliação institucional no âmbito do IFRS é coordenada pela CPA, já a avaliação interna dos *campi* é realizada pelas SPAs constituídas em cada *campus*.

A avaliação externa é realizada por comissões designadas pelo INEP. A avaliação

institucional é um dos componentes do SINAES e almeja a melhoria do ensino, a valorização da missão pública, a promoção de valores democráticos, o respeito à diversidade e a construção da identidade institucional.

No processo de avaliação institucional são observadas as dimensões mencionadas no artigo 3º, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

- a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- a comunicação com a sociedade;
- as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- as políticas de atendimento aos estudantes;
- a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

3.11. Utopias

O processo de construção do PPI fez o IFRS pensar na sua posição político-pedagógica atual e projetou deveres. O envolvimento da comunidade acadêmica no debate em torno das temáticas pedagógicas aumentou o nível de consciência institucional, evidenciando fragilidades, áreas a desenvolver e as conquistas ao longo da existência do IFRS. Ao mesmo tempo, a reflexão apontou desafios para o futuro,

levantando os olhos para o horizonte e demarcando utopias para o IFRS.

Dentre os desafios a serem superados destaca-se a construção de uma identidade institucional, o fortalecimento da identidade local de cada *campus*, a implementação da verticalização do ensino e a consolidação do reconhecimento social do IFRS enquanto instituição de ensino nos espaços que ocupa no estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, deseja-se que o processo de pensar a proposta político-pedagógica da Instituição seja uma prática permanente, de construções coletivas, cheia de indagações, idas e vindas, avanços e desafios, repleto de significados para os sujeitos envolvidos na